

# A RAZÃO NEOLIBERAL E O COMUM COMO PRINCÍPIO POLÍTICO DA AGROECOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DO MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS

ALANE M. S. LIMA<sup>1</sup>  
ÁTILA B. TOLENTINO<sup>2</sup>  
WEVERTON E. S. RODRIGUES<sup>3</sup>

## RESUMO

Com embasamento nos estudos feitos pelos pesquisadores Pierre Dardot e Chistian Laval, o presente artigo tece reflexões sobre o neoliberalismo configurado como uma racionalidade, que estrutura e molda todas as esferas sociais e as nossas subjetividades, por meio da lógica mercantil da competitividade. A discussão inicial centra-se no agronegócio, como expressão da racionalidade neoliberal, impulsionado por técnicas de governamentalidade empreendidas pelo Estado, que acabam reproduzindo desigualdades sociais. Em contraposição, determinados grupos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais emergem ou persistem por uma outra razão de mundo, descrita pelos autores como a ideia do “comum”. Defende-se, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, de Sapé/PB, que a agroecologia, aliada à educação para os povos do campo, são práticas contra-hegemônicas inventivas e criadoras como um modelo alternativo de organização que visa a ideia do “comum”.

## PALAVRAS-CHAVE

Neoliberalismo; Agroecologia; Ligas Camponesas; Museologia Social.

## *NEOLIBERAL REASON AND THE COMMON AS A POLITICAL PRINCIPLE OF AGROECOLOGY: REFLECTIONS FROM THE PERFORMANCE OF MEMORIAL OF PEASANT LEAGUES AND STRUGGLES*

## ABSTRACT

Based on studies carried out by researchers Pierre Dardot and Chistian Laval, this article reflects on neoliberalism configured as a rationality that structures and shapes all social spheres and our subjectivities, through mercantile logic and competitiveness. The initial discussion focuses on agribusiness, as an expression

---

<sup>1</sup> Camponesa, Técnica em Agroecologia pelo serviço de Tecnologia Alternativa. Graduada em Pedagogia com aprofundamento em Educação do/no Campo pela Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba. Presidenta e Educadora Popular do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

<sup>2</sup> Graduado em Letras-Português pela Universidade de Brasília. Mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Membro da Rede de Educadores em Museus da Paraíba – REM/PB. Pesquisador da Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio da UFPB – RedMus/UFPB e do Grupo de Pesquisa Museologias Insurgentes en Nuestra América – MINA, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

<sup>3</sup> Camponês, graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Pós-graduado em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando no Programa em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Educador Popular do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas.

of neoliberal rationality, driven by governmentality techniques undertaken by the State, which end up reproducing social inequalities. In contrast, certain groups and social movements emerge or persist for another reason for the world, described by the authors as the idea of the “common”. Based on the works developed by the Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, in Sapé/PB, it is argued that agroecology, combined with education for rural people, are inventive and creative counter-hegemonic practices as an alternative model of organization that aims at the idea of the “common”.

### KEYWORDS

Neoliberalism; Agroecology; Peasant Leagues; Social Museology.

### *LA RAISON NÉOLIBÉRALE ET LE COMMUN COMME PRINCIPE POLITIQUE DE L'AGROÉCOLOGIE: RÉFLEXIONS À PARTIR DE LA PERFORMANCE DU MÉMORIAL DES LIGUES ET LUTTES PAYSANNES*

### RÉSUMÉ

À partir des travaux menés par les chercheurs Pierre Dardot et Chistian Laval, cet article propose une réflexion sur le néolibéralisme configuré comme une rationalité qui structure et façonne toutes les sphères sociales et nos subjectivités, à travers la logique mercantile et la compétitivité. La discussion initiale porte sur l'agro-industrie, comme expression de la rationalité néolibérale, portée par les techniques de gouvernementalité engagées par l'État, qui finissent par reproduire les inégalités sociales. À l'opposé, certains groupes et mouvements sociaux émergent ou perdurent pour une autre raison du monde, décrite par les auteurs comme l'idée du « commun ». Sur la base des travaux développés par le Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, à Sapé/PB, il est avancé que l'agroécologie, associée à l'éducation des populations rurales, sont des pratiques inventives et créatives contre-hégémoniques en tant que modèle alternatif d'organisation visant à l'idée du « commun ».

### MOTS-CLÉS

Néolibéralisme; Agroécologie; Ligues Paysannes; Muséologie Sociale.

### *LA RAZÓN NEOLIBERAL Y LO COMÚN COMO PRINCIPIO POLÍTICO DE LA AGROECOLOGÍA: REFLEXIONES A PARTIR DE LA ACTUACIÓN DEL MEMORIAL DE LAS LIGAS Y LUCHAS CAMPESINAS*

### RESUMEN

A partir de estudios realizados por los investigadores Pierre Dardot y Chistian Laval, este artículo reflexiona sobre el neoliberalismo configurado como una racionalidad que estructura y configura todas las esferas sociales y nuestras subjetividades, a través de la lógica mercantil y la competitividad. La discusión inicial se centra en el agronegocio, como expresión de la racionalidad neoliberal, impulsada por técnicas de gubernamentalidad emprendidas por el Estado, que terminan reproduciendo las desigualdades sociales. En cambio, ciertos organizaciones y movimientos sociales surgen o persisten por otra razón de mundo, descrita por los autores como la idea de lo “común”. Con base en los trabajos desarrollados por el Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, en Sapé/PB, se argumenta que la agroecología, combinada con la educación para la población rural, son prácticas inventivas y creativas contrahegemónicas como modelo alternativo de organización que apunta a la idea de lo “común”.

### PALABRAS CLAVE

Neoliberalismo; Agroecología; Ligas Campesinas; Museología Social.

## INTRODUÇÃO

Figura 1.



Fonte: Reprodução da campanha do Dia do Agricultor, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. 28/07/2021.

Na campanha alusiva às comemorações do Dia do Agricultor, em julho de 2021, o governo federal publicou a peça publicitária acima em suas redes sociais oficiais. Para além do texto escrito na peça, que traz referência explícita ao Dia do Agricultor e ao papel da agricultura na alimentação do Brasil e do mundo, os elementos que se remetem à agricultura são a plantação ao fundo e a sombra de um “suposto agricultor” em destaque. Chama a atenção o fato de o “agricultor” estar portando uma espingarda, em vez de uma enxada, símbolo tradicional dos povos do campo. Logo após publicada, a peça publicitária foi alvo de inúmeras críticas por diversos setores, movimentos sociais e órgãos de imprensa, o que levou o governo federal a retirá-la do ar.

Sobre a imagem do homem nessa campanha, o periódico “Metrópolis” (SAID; CYPRESTE, 2021) esclareceu que se trata, na verdade, da fotografia de um caçador com sua espingarda ao ombro, de autoria do fotógrafo sul-africano Hugo Prinsloo, retirada de um banco de imagens disponível para download na internet. Sem se preocupar com a gravidade da referência escolhida e ignorando os diversos assassinatos de agricultoras e agricultores nos constantes conflitos envoltos à luta pela terra, a campanha, em realidade, procurou fazer diálogo direto com a medida, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, que estendeu o porte de arma em toda a propriedade rural<sup>4</sup>. Desmascara, também, como a

<sup>4</sup> Por meio da Lei nº 13.870/19, o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) foi alterado, autorizando o produtor rural que tenha posse de arma de fogo a andar armado em toda a extensão de sua propriedade, e não somente na sede da propriedade rural, como previsto anteriormente (SIQUEIRA; JANARY JÚNIOR, 2019). Essa é apenas uma entre as inúmeras alterações do Estatuto do Desarmamento empreendidas por seu governo, que, na prática, eximem o Estado na

agenda política de seu governo está na contramão das demandas de organizações e movimentos sociais que lutam pelo direito à terra aos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

O exemplo aqui trazido nos serve de mote para refletir como recentes ações empreendidas no campo do agronegócio expressam uma determinada “racionalidade neoliberal” na perspectiva do que apontam os pesquisadores Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Grosso modo, a tese defendida por esses autores desvenda que o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, configura-se, fundamentalmente, como uma racionalidade. E, como tal, essa razão neoliberal tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados.

Isso ocorre por conta da introdução da lógica do mercado em diferentes esferas da nossa vida. Ou seja, introduz-se a lógica da concorrência e da empresa privada em todas as instituições, inclusive as públicas, e nas nossas subjetividades, moldando os sujeitos como empreendedores de si mesmos. O resultado desse individualismo prejudica pensar interesses comuns, pois cada um atua como indivíduos autônomos ou, no máximo, da sua respectiva família.

Em contraposição, ao mesmo tempo que o neoliberalismo transforma as nossas relações sociais e postula nossas subjetividades, determinados grupos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais emergem ou persistem no trabalho por uma outra razão de mundo, diretamente contrária a uma prática sistêmica da racionalidade neoliberal. Essa outra razão, capaz de revolucionar o conjunto das relações sociais, Dardot e Laval (2017) descrevem como a ideia do “comum”, pensando-o como um modelo alternativo de organização que busca contestar e superar o capitalismo e o Estado empresarial.

Como exemplo de uma prática insurgente à ordem neoliberal estabelecida, trazemos a experiência do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), que se localiza na comunidade tradicional de Barra de Antas, na zona rural do município de Sapé, na Paraíba. Com diferentes frentes de atuação, que vão desde à defesa dos direitos humanos, à luta pelos direitos da mulher e do homem do campo, à educação popular e no campo, entre outras, este artigo concentra-se nas ações voltadas para a agroecologia empreendidas pelo Memorial, destacando suas diretrizes, fundamentos e práticas, as quais são explicitadas no seu plano museológico.

---

responsabilização com a segurança pública e transfere ao cidadão comum a responsabilidade por sua segurança privada. Segundo levantamento do Instituto Sou da Paz, desde o começo do mandato do presidente Jair Bolsonaro, 14 decretos, 14 portarias de ministérios ou órgãos do governo, dois projetos de lei e uma resolução foram emitidas visando flexibilizar e facilitar o acesso para compra de armas e munições no país (RESENDE, 2021).

A noção de agroecologia, aqui tratada, é aquela descrita pelo professor agrônomo Francisco Roberto Caporal, a qual

corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade. (CAPORAL, 2009, p. 26).

Caporal complementa que, como estratégia, a agroecologia é transdisciplinar e valoriza os saberes imersos nas comunidades rurais locais, cujo potencial endógeno propicia a implementação de distintos estilos de agriculturas, com suas biodiversidades ecológicas e diversidades socioculturais (CAPORAL, 2009).

A partir dessas considerações, defende-se que as ações em torno da agroecologia, como uma das linhas de atuação do MLLC, dentro das fissuras possíveis numa sociedade pautada pela razão neoliberal, são práticas contra-hegemônicas inventivas e criadoras como um modelo alternativo de organização que visa a ideia do “comum”.

### A RAZÃO NEOLIBERAL E O AGRONEGÓCIO

Pierre Dardot e Christian Laval, pesquisadores e professores da universidade de Paris-Ouest Nanterre-La Défense, em sua obra *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* (2016), fazem uma genealogia do neoliberalismo como resultado de um processo histórico e de uma construção estratégica. O pano de fundo para a análise dos autores é a crise econômica de 2008 que assolou a Europa. Partem do pressuposto de que essa crise se tornou uma oportunidade para as classes dominantes que, por meio de um modo de governo, fez surgir um sistema de normas e instituições que potencializam a concorrência interindividual, enfraquecem a ação coletiva e minam a solidariedade e a cidadania.

Embora as análises de Dardot e Laval não se remetam à realidade brasileira, elas nos servem sobretudo se considerarmos as investidas dos governos conservadores e ultraconservadores que assumiram o poder em nosso país a partir de 2016, que, com a falácia da necessidade de flexibilização das políticas econômicas, trabalhistas e previdenciárias, têm extinguido direitos sociais básicos historicamente conquistados. Essa realidade, não exclusiva do Brasil, é corroborada por Wendy Brown, outra pensadora que reflete sobre os impactos do neoliberalismo em nossa sociedade, ao afirmar, de forma categórica, que a “racionalidade neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI” (BROWN, 2019, p. 16). Seu argumento se aproxima ao de Dardot e Laval no sentido de que nada fica intocado pela lógica da razão neoliberal, com impactos, sobretudo, na democracia, cujos ataques têm

se legitimado por meio de instrumentos legais e modificado a cultura e subjetividade políticas.

Em sua tese, Dardot e Laval (2016) explicam que o neoliberalismo é mais que uma ideologia, pois se configura como uma racionalidade política global, que advém da concorrência mercantil. Essa lógica se generaliza para todas as esferas sociais (entre elas o Estado) e para todas as esferas da vida (as nossas subjetividades). O neoliberalismo ignora a face cooperativa do ser humano, exacerbando o seu caráter competitivo. Portanto, ele é a razão do capitalismo moderno contemporâneo, enquanto a concorrência mercantil passa a ser a lógica de toda relação humana. Como uma lógica normativa global, o neoliberalismo rege políticas públicas, comanda relações econômicas mundiais, transforma a sociedade e as nossas subjetividades.

Quando os autores trazem a ideia do neoliberalismo enquanto razão, partem do conceito de “racionalidade política” elaborado por Michel Foucault, nas suas pesquisas dedicadas à questão da “governamentalidade”. Remetendo-se ao filósofo francês, Dardot e Laval explicitam que a “racionalidade política” se trata

de um plano de análise possível — o da “razão governamental”, isto é, dos tipos de racionalidade que são empregados nos procedimentos pelos quais se dirige, através de uma administração de Estado, a conduta dos homens. Uma racionalidade política é, nesse sentido, uma racionalidade “governamental”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

As relações de poder entre instituições e indivíduos é uma tônica no pensamento de Foucault (2008), sobretudo quando este reflete sobre o Estado moderno no advento do neoliberalismo. Para tanto, ele nos apresenta dois conceitos-chaves para compreender como o poder disciplinar atua sobre os nossos corpos. O primeiro trata-se do “biopoder”, que consiste em práticas de Estados modernos que regulam os indivíduos, exercidas sobre seus corpos, para controlar as populações, onde há o impacto do poder político em aspectos da vida humana. O outro, ao primeiro relacionado, é o que Foucault chama de “biopolítica”, ou seja, práticas racionalizadas pelo Estado moderno, com vistas a intervir em problemas sociais postos à prática governamental em relação à população como um todo, podendo se revestir, entre outras, em políticas de saúde, de controle de natalidade, higiene e segurança pública.

Ainda se reportando a Foucault, Dardot e Laval esclarecem que o termo “governamentalidade” nos serve para significar as distintas formas de atividades pelas quais os homens, sejam eles pertencentes ou não a um determinado governo, “buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16). E, além disso, remete-se à disciplina que alcança o mais íntimo do indivíduo, produzindo um autogoverno numa relação deste consigo mesmo. Portanto, para Foucault, governamentalidade é “o encontro entre as técnicas de dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Em resumo, a governamentalidade se assenta na condução da conduta dos homens para com os outros e para consigo mesmo. Podemos falar, por exemplo, do discurso neoliberal que está por trás da lógica do empreendedorismo, da meritocracia e da autossuperação. Assim, essa mesma lógica normativa, por meio dessa governamentalidade, rege as relações de poder e as maneiras de governar em níveis e domínios diferentes da vida econômica, política, social e subjetiva. A análise em termos de governamentalidade aponta para o caráter transversal dos modos de poder exercidos na sociedade, e não fragmenta cada um desses campos, como se fossem microcosmos autônomos e independentes um do outro.

É necessário também destacar a ressalva dos autores no sentido de que abordar o estudo do neoliberalismo na perspectiva da governamentalidade não se trata de estabelecer uma espécie de continuidade entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo, mas de svelar o que consiste esse “neo” e o que constitui a sua novidade. É reconhecer a distância e até mesmo o rompimento em relação à versão dogmática do liberalismo do séc. XIX. Portanto, o neoliberalismo não é herdeiro natural do primeiro liberalismo. Mas se constitui como uma lógica de fazer do mercado um princípio do governo dos homens como o governo de si. No neoliberalismo, os indivíduos são engajados em disposições individuais da “empresa de si”, na busca da eficácia pela eficácia e maximização dos objetivos, conformando essa nova razão do mundo. Há, desta forma, uma “descoletivização da ação”, com a predominância de uma competição exacerbada, introjetada na vida social e na subjetividade dos indivíduos, de acordo com a lógica do capital e de seu mercado. É o que Dardot e Laval vão chamar de “cosmocapitalismo”, ou seja, “sistema de normas que hoje alimenta a guerra econômica generalizada, que sustenta o poder da finança de mercado, que gera as desigualdades crescentes e a vulnerabilidade social da maioria, e acelera nossa saída da democracia” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 13).

Essa “nova razão do mundo” se aplica às políticas voltadas para o agronegócio, que não são recentes no Brasil. Para ambientar a discussão nessa seara, reportamo-nos aos estudos de Sérgio Barcellos (2016), que debate sobre a justiça ambiental em torno da agroecologia, e de Tania Bastiani (2021), que reflete sobre o ensino de História na educação para os povos do campo.

Ao basear-se em um discurso desenvolvimentista neoliberal, Barcellos (2016) demonstra como o empreendimento de políticas de incentivo e valorização do agronegócio acentua intensamente problemas socioambientais, bem como propicia a concentração de renda e a injustiça ambiental na sociedade. A partir de pesquisas empreendidas pelo economista Henri Acselrad, Barcellos lembra que existem dois processos que caracterizam a territorialidade do capitalismo brasileiro: a) “concentração crescente do poder de controle dos recursos naturais por poucos atores” e b) “acumulação capitalista com escalas cada vez

mais amplas de produção, de avanços sobre novos espaços sociais para a exploração do trabalho e de especulação fundiária e imobiliária” (BARCELLOS, 2016, p. 248). Esse segundo processo decorreu da “privatização do uso de espaços com recursos naturais de uso comum, mais especificamente da terra, do ar e das águas, com a reprodução de um modelo de sociedade capitalista moderna e com a aceleração da intensidade sobre a produção do trabalho no ambiente” (BARCELLOS, 2016, p. 248-249).

Assim, o Estado, com suas técnicas de governamentalidade, tem legitimado hierarquias, mantendo os privilégios dos donos do poder e, conseqüentemente, dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Barcellos (2016) aponta caminhos (ou descaminhos) que levam à reprodução dessas desigualdades no âmbito da agropecuária. Para o autor, a agroecologia praticamente inexistente na estrutura agrária e no modelo agrícola hegemônico no Brasil, não fazendo parte ou não sendo prioridade nas agendas políticas do governo federal. Tampouco ela é compreendida como um outro projeto de desenvolvimento possível. Uma das conseqüências disso é a não realização da reforma agrária, perpetuando uma injustiça social histórica no contexto social brasileiro. Com base nos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que a situação agrária no Brasil permanece inalterada nos últimos 20 anos, reproduzindo-se a crescente concentração fundiária:

No último censo agropecuário, constata-se que as propriedades que têm até 10 mil hectares representam um total de apenas 2,7% de todo o coeficiente de terras destinadas à agropecuária, sendo a maioria formada ainda por latifúndios de mais de 1000 hectares. Há mais de 120 milhões de hectares considerados improdutivos no cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Destaca-se que, no Brasil, 46% das terras estão em posse de 1% dos proprietários rurais, sendo um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo. (BARCELLOS, 2016, p. 250).

A perpetuação de injustiças sociais, impulsionada por políticas governamentais que reproduzem a lógica neoliberal, faz parte de um projeto de governamentalidade que se assenta num quadro normativo e de ações que representam não apenas uma política ou economia, mas uma sociedade neoliberal, onde, num ambiente de competitividade, as desigualdades sociais mais profundas são justificadas e o indivíduo é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso. O estudo de Tania Bastiani (2021) nos dá indícios nesse sentido ao descrever como no ensino de História, aplicado à educação no campo, o agronegócio aparece como um “sujeito” protagonista, personificado pelo “homem branco” e ambientado no “campo moderno”. Em suas palavras,

Pertencente ao *Paradigma do capitalismo*, [o agronegócio] desconsidera as classes sociais e parte do pressuposto de que o campesinato e capitalismo formam uma totalidade harmônica, ou seja, fazem parte de um mesmo modelo de desenvolvimento que o beneficia mutuamente. Assim, concebe que a resolução dos problemas agrários perpassa a “integração” do campesinato ou do agricultor familiar (não diferenciados neste paradigma) ao mercado capitalista, logo, sendo as

desigualdades sociais o resultado do fracasso dos sujeitos que não conseguiram se manter no mercado. (BASTIANI, 2021, p. 220).

Ao desvelar os encobrimentos da essência do agronegócio, Bastiani (2021) aponta dados e informações que o relacionam à monocultura, latifúndio e trabalho escravo: a) crescimento da área plantada em grande escala com commodities (soja, cana-de-açúcar e milho) em detrimento da área destinada a alimentos básicos (arroz, feijão e mandioca), tendo a primeira um aumento de 125% no período de 1990 a 2018, enquanto a última teve um decréscimo de 47% em termos de hectares nesse mesmo período. b) Com base no Censo Agropecuário (2017), demonstra que os estabelecimentos agropecuários de grande propriedade representam 2,3% do total de imóveis, mas controlam 60,8% da área, enquanto os minifúndios representam 65,1% do total de imóveis, mas ocupam apenas 7,7% da área. c) Na “lista suja” do trabalho escravo no Brasil, a grande maioria (70%) é composta por donos de terras que fazem parte das cadeias produtivas de commodities agrícolas.

Quando aborda especificamente o silenciamento envolvendo povos indígenas e negros, as argumentações de Bastiani nos revelam como técnicas de governamentalidade são empreendidas para a manutenção da lógica neoliberal e do cosmocapitalismo no campo. Isso se dá, por exemplo, no comprometimento do governo federal com o agronegócio por meio de medidas que expandem esse modelo em territórios indígenas e quilombolas já demarcados ou no atravancamento de novas demarcações. Ou seja, além das constantes ameaças e ataques ao seu território, essas populações tradicionais têm de enfrentar instrumentos legais e oficiais que respaldam a exploração econômica de suas terras sob a justificativa do “aproveitamento do território” e “concebendo as Terras indígenas enquanto um potencial para o avanço do agronegócio, transferem para os indígenas a escolha individual de inserirem-se ou não à sua lógica, tentando, assim, repassar um território que é público para interesses privados” (BASTIANI, 2021, p. 222).

Ainda sobre o trabalho de Bastiani (2021), cumpre destacar que, como contraponto ao “campo do agronegócio” e à sua lógica [e, por extensão, à razão neoliberal que lhe é típica], a autora explica a existência de um outro projeto, denominado “campo da agricultura camponesa”, com sua heterogeneidade e diversidade, mas que se baseia na policultura, no cultivo e criação de espécies nativas e da cultura local, na conservação da diversidade biológica, no trabalho familiar, em tecnologias apropriadas e apoiadas no saber local, entre outras características. Mas importa, sobretudo, que o campo da agricultura camponesa reconhece a existência da luta de classes para desvendar as disputas territoriais, concebendo que os problemas agrários e as desigualdades sociais fazem parte da estrutura do capitalismo.

Como uma racionalidade governamental, o neoliberalismo consiste na lógica do mercado como lógica normatizadora generalizada, o que está presente nas políticas voltadas

para o agronegócio. Portanto, essa racionalidade governamental que se hegemoniza no contexto do neoliberalismo prescinde da renovação do pensamento crítico e a reinvenção das formas de luta para combatê-lo. Nesse caminho, como uma insurgência e contraponto à razão neoliberal característica do agronegócio e do seu modelo de desenvolvimento, podemos apresentar a atuação do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), com foco no seu trabalho voltado para a agroecologia aliado à educação dos povos do campo. E, nessa discussão, procuramos discorrer como a atuação do MLLC dialoga com a perspectiva do “comum”, na contramão da “descoletivação da ação”, como proposto por Dardot e Laval.

## O MEMORIAL DAS LIGAS E LUTAS CAMPONESAS: A AGROECOLOGIA E A EDUCAÇÃO DOS POVOS DO CAMPO COMO A BUSCA DO COMUM

FIGURA 2.



Fonte: Divulgação no Instagram do MLLC (27/07/2021). Distribuição de cestas de alimentos agroecológicos a famílias da comunidade rural de Barra de Antas em Sapé/PB.

A imagem acima nos serve como um contraponto à campanha publicitária do governo federal que abre este artigo. Foi divulgada, na mesma época, nas redes sociais do Memorial da Ligas e Lutas Camponesas<sup>5</sup>, durante as celebrações do dia dos agricultores e das agricultoras. Ela retrata a distribuição, durante o período acometido pela pandemia da COVID-19, de 150 cestas de alimentos agroecológicos, produzidos por famílias camponesas.

<sup>5</sup> Inicialmente, o museu era chamado apenas de Memorial das Ligas Camponesas. Seu nome foi modificado, acrescentando a palavra “Lutas”, para abarcar também as lutas sociais contemporâneas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas reivindicações atuais, considerando os novos contextos sócio-históricos.

A distribuição se destinou a famílias da comunidade tradicional Barra de Antas<sup>6</sup>, na zona rural de Sapé/PB, onde está localizado o Memorial.

As Ligas Camponesas se constituem como um dos movimentos sociais mais representativos do século XX no Brasil, por sua força, persistência e pelos embates travados na luta pela reforma agrária e direto à terra para camponeses e camponesas, na contração de uma agricultura predatória centrada no poder de uma elite latifundiária. São também um movimento nacionalmente conhecido em função da sua forma de organização expressa na resistência desses camponeses e camponesas, cujas trajetórias de vida são marcadas por um sistema de exploração, perseguição e estigmatização, mas que se sobressaem como protagonistas de um denso legado de luta por cidadania, pelos direitos sociais básicos e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Portanto, a história das Ligas Camponesas no Brasil, e especificamente na Paraíba, é marcada por insurgências e movimentos contra uma ordem estabelecida e de enfrentamento a uma oligarquia agrária, esta baseada em uma lógica capitalista de exploração e dominação de grupos camponeses subalternizados, que persiste no paradigma da razão neoliberal.

Apesar das inúmeras adversidades, as Ligas Camponesas chegaram a desempenhar importante papel entre meados das décadas de 1950 e 1960, na criação de uma certa consciência nacional em torno da reforma agrária (MORAIS, 2006). Essas lutas, ora intensificadas ora desmobilizadas a depender dos seus contextos sócio-históricos, são ressignificadas e performatizadas em memórias coletivas, cuja principal referência na Paraíba, e quiçá no Brasil, está constituída no MLLC.

O MLLC foi criado oficialmente no ano de 2006, mas já vinha sendo germinado em anos anteriores por movimentos e grupos sociais ligados à luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>7</sup>, a Comissão Pastoral da Terra, camponeses de assentamentos e de comunidades da região, entre outros. Trata-se de um museu que tem como premissas as bases da museologia social, entendida como uma “museologia que desloca seu foco do objeto para o homem, considerando-o como sujeito

---

<sup>6</sup> Barra de Antas, onde moram cerca de 160 famílias e onde se localiza o MLLC, foi oficialmente reconhecida como comunidade tradicional pelo Parecer Técnico nº 04/2017-SEAP/CRP5/ISF, do Ministério Público Federal, de autoria do Analista em Antropologia Ivan Soares Farias (2017). O reconhecimento se deu com vistas à tutelação de direitos junto ao Programa Nacional de Habitação Rural, do governo federal, e a outras instâncias estaduais e municipais. Em suma, o parecer conclui que o caráter tradicional da comunidade “se evidencia pelos usos, costumes e conhecimentos específicos estabelecidos na relação com o território, mas fundamentalmente pela peculiar organização coletiva e mobilizatória construída ao longo de sua história particular de lutas no campo, todas, construtivas de sua identidade” (p. 24).

<sup>7</sup> Conforme já declarado por João Pedro Stedile, um dos fundadores e organizadores do MST, em entrevista concedida ao jornalista Vandek Santiago, este movimento considera-se um descendente e um seguidor das Ligas Camponesas e da experiência de vida dos seus líderes e mártires (SANTIAGO, 2006).

produtor de suas referências culturais, e engajada nos problemas sociais, de uma forma integral, das comunidades a que serve” (TOLENTINO, 2016, p. 31-32).

Recentemente, por meio de uma equipe multidisciplinar e com a participação de membros da comunidade local, o MLLC está em processo de elaboração do seu plano museológico, uma ferramenta de planejamento estratégico para a condução de suas ações e definição das diretrizes de atuação<sup>8</sup>. O MLLC tem a seguinte missão, já definida em seu plano museológico:

Missão - O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas tem como missão contribuir com a afirmação da identidade do povo camponês, promovendo a preservação da memória e história das ligas e lutas camponesas brasileiras, articulações nacionais e internacionais, ações culturais, formação em Educação Popular, Direitos Humanos e agroecologia na Paraíba. (MLLC, no prelo).

Como se depreende de sua missão, ao focar suas ações na educação popular, nos direitos humanos e na agroecologia, o MLLC busca fazer frente à lógica da razão neoliberal, a qual mantém relações de poder assimétricas num sistema mundo baseado numa ideia de desenvolvimento capitalista e predatório, que subjuga o outro e explora os recursos naturais. Na contramão do cosmocapitalismo, as ações empreendidas pelo Memorial, ressaltando aquelas voltadas para a agroecologia aliada à educação para os povos do campo, configuram-se práticas de “comunização” do trabalho cooperativo no sentido da defesa de uma outra razão do mundo, designada por Dardot e Laval (2017) como a alternativa da “razão do comum”.

Os autores explicam que “a reivindicação do comum foi trazida à luz primeiro pelas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial” e que a ideia do comum “tornou-se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 16). Portanto, visa não só contestar o capitalismo, mas até mesmo considerar a sua superação, como um princípio político de diferentes movimentos sociais insurgentes à razão neoliberal:

Esta obra pretende identificar no princípio político do comum o sentido dos movimentos, das lutas e dos discursos que, nos últimos anos, se opuseram à racionalidade neoliberal em várias partes do mundo. Os combates pela “democracia real”, o “movimento das praças”, as novas “primaveras” dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à

---

<sup>8</sup> O plano museológico é uma ferramenta de planejamento estratégico instituído pela Lei nº 11.904/2009 (Estatuto dos Museus), que tem por finalidade organizar e sistematizar o trabalho das instituições museológicas, devendo ser elaborado de forma participativa, com o envolvimento dos trabalhadores dos museus, além de pessoas das comunidades onde a instituição atua e de demais colaboradores, parceiros e interessados. Ele é constituído por diferentes Programas, de caráter interdisciplinar, abarcando as diferentes áreas de atuação e funcionamento do museu, como exposição, ação educativa e cultural, pesquisa, arquitetura, segurança, gestão de acervos, comunicação, entre outros.

racionalidade política do comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 18).

Além da missão do MLLC, a ideia do comum se explicita, de forma mais clara, na definição de sua Visão, construída durante o planejamento estratégico da instituição, realizado entre os anos de 2019/2020, em parceria com a Rede de Educadores Cidadã (RECID), a Comissão Pastoral da Terra e associações de assentamentos da Reforma Agrária, e que tem servido como suporte para a elaboração do seu plano museológico: “Visão - Ser um Memorial que busque um mundo onde a terra seja um bem comum sagrado com direitos efetivados, equidade e esperança para mulheres e homens do campo” (MLLC, no prelo).

Como se observa, a terra, elemento central das lutas dos povos do campo, é sacralizado e considerado um bem comum, em contraste com a ideia da propriedade privada, uma das bases do cosmocapitalismo e amplamente acentuada na lógica mercantil da racionalidade neoliberal. Nesse mesmo espírito eram as lutas de outrora emanadas por Francisco Julião, um dos principais fundadores e organizadores da Ligas Camponesas no país, quando, em 1958, escreveu “O ABC do Camponês”, onde destacou, entre outros pontos, que “quem ama o trabalho merece a terra. Porque a terra deve ser de quem nela trabalha. Terra é sossego, é paz, é pão, é água, é casa, é agasalho, é escola, é saúde e é vida” (JULIÃO, 2006, p. 193).

Hoje a terra como um bem comum norteia as ações do Memorial no sentido da “comunização” do trabalho, em que o comum, para além de uma mera adjetivação, é “o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 41).

Ao longo do plano museológico, essa ideia se explicita também nos valores da instituição, entre os quais se destacam:

- **Identidade camponesa:** para nós é ter consciência de classe, clareza da nossa história, lugar e projeto de sociedade; [...]
- **Agroecologia:** assumimos a agroecologia como um modelo de contraposição às práticas hegemônicas de produção como modo de vida e reprodução social. (MLLC, no prelo).

O princípio político do comum, embasado na afirmação identitária como consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, atrela-se à agroecologia como um modelo de agricultura e de relação com a terra que se contrapõe a uma ordem capitalista hegemônica, em que tudo é transformado em mercadoria. Para isso, esse princípio político do comum é materializado sobretudo nas articulações que o Memorial desenvolve com instituições que atuam com a agroecologia, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra e da

Ecovárzea<sup>9</sup>, assim como no desenvolvimento do Centro de Formação, Educação Popular e Agroecologia Elizabeth Teixeira<sup>10</sup>.

O Centro de Formação faz parte de uma das linhas de atuação do Memorial e onde são realizadas, entre outras atividades, aquelas voltadas para a formação em agroecologia e educação popular. Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, é também no Centro onde se dá a Educação de Jovens e Adultos (EJA) para moradores da comunidade tradicional de Barra de Antas e onde são realizadas formações continuadas para professoras e professores, voltadas para a educação do e no campo, educação popular e história e memória. O Centro ainda visa oferecer cursos na área da agroecologia, economia solidária, produção orgânica, tecnologias sociais de baixo custo, entre outros, além de servir como espaço para atividades culturais que se relacionam com a temática dos povos do campo, a exemplo da celebração dos mártires da terra que aturam nas ligas camponesas.

O trabalho com a afirmação da identidade cultural camponesa atrelado à preocupação com os problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais com as comunidades com que atua, na perspectiva de uma museologia social ativa e voltada para a agroecologia, está na gênese da formação do Memorial e mesmo antes da existência do Centro de Formação. Em sua dissertação de mestrado, Janicleide Alves (2014) demonstra o papel fundamental do MLLC no incentivo e na criação de condições para que jovens agricultores e agricultoras da comunidade tradicional de Barra de Antas e das redondezas pudessem participar do curso Técnico em Agroecologia promovido pelo Serviço de Tecnologias Alternativas (SERTA), em Ibimirim, Pernambuco. Tais ações tinham como finalidade evitar o êxodo rural e valorização do território, comprometendo-se com a permanência da família camponesa em seu local, onde tem suas próprias sociabilidades, modos de vida e relações com a terra.

Cabe ainda destacar os pressupostos da educação em agroecologia definidos no plano museológico do MLLC, dentro do seu Programa Educativo e Cultural:

---

<sup>9</sup> Feira agroecológica articulada pela Associação dos Agricultores e Agricultoras da Várzea Paraibana, há aproximadamente 20 anos, em diferentes pontos de distribuição, que se constitui também como um espaço de pesquisa, ensino e extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>10</sup> Aos seus 97 anos, Elizabeth Teixeira, que nomeia o Centro de Formação, é figura ícone das ligas camponesas e viúva de João Pedro Teixeira. Ele foi o fundador da Liga Camponesa de Sapé, tendo sido assassinado em 1962, numa emboscada organizada por usineiros do Grupo da Várzea. A história de vida de Elizabeth Teixeira é marcada por tragédias, mas que não abalaram sua resistência ao regime de opressão aos povos do campo. Por ter assumido o lugar do marido na luta, Elizabeth chegou a ser presa, perseguida e entrou na lista das mais procuradas durante o regime da ditadura militar no Brasil. Fugiu levando apenas um dos seus onze filhos, e viveu clandestinamente durante 17 anos, assumindo o nome falso de Marta Maria da Costa (ALVES, 2014). Atualmente, a sede do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas é instalada na casa onde viveram Elizabeth e João Pedro Teixeira com seus filhos.

**Educação em Agroecologia:** Pensar em agroecologia é entender que não estamos à parte da terra. Somos a terra e dependemos dela para a nossa existência. Implica também uma afirmação política no direito à terra e uma postura contra-hegemônica ao sistema produtivo capitalista. É preciso agregar em nossas vivências o respeito à diversidade e à vida, propiciando o estreitamento da relação das atividades da agricultura familiar camponesa, elencando a importância de englobar essas ações educativas numa perspectiva do Bem-Viver e de trabalho em sintonia com o ecossistema existente. Ela também compreende a educação dos povos do campo, que simboliza a estruturação e identificação de propostas metodológicas que possibilitem, no ensino formal, pensar em ações metodológicas inclusivas e de valorização do saber e da cultura camponesa, a fim de sensibilizar os sujeitos sociais a se perceberem como agentes de transformação e de modificação do espaço em que vivem. (MLLC, no prelo).

Assim disposto, o entendimento de Educação em Agroecologia adotado pelo MLLC deixa claro qual é o seu compromisso político quanto à realidade vivida pelos povos do campo e quanto ao seu direito à terra. Primeiramente, a relação do ser humano com a terra, compreendidos como entidades não apartadas entre si, é concebida, de forma explícita, como uma postura contra-hegemônica à lógica capitalista, com seu sistema produtivo que mantém e potencializa a racionalidade neoliberal.

Isso é reforçado também quando se defende que as ações educativas se pautam pela perspectiva do Bem-Viver. Essa perspectiva, ou cosmovisão, não é trabalhada por Dardot e Laval, mas, de uma certa maneira, tem pressupostos em que podem ser traçados alguns diálogos e cruzamentos com a ideia do comum. De forma bastante resumida, o Bem-viver inspira-se, conceitualmente, nas culturas ancestrais de povos originários andinos. Em síntese, é uma forma de convivência em harmonia com a natureza e com outros seres humanos. Apoiar-se nos princípios de equidades sociais e sustentabilidade ambiental e, em paralelo com a ideia do comum, tem como principal objetivo converter-se numa alternativa frente à noção de desenvolvimento capitalista da civilização ocidental, pretensamente universal (CUBILLO-GUEVARA; HILDALGO-CAPITÁN; DOMINGUEZ-GÓMEZ, 2014).

Importante também, quando se reporta especificamente à educação dos povos do campo, que esta deve valorizar, de forma inclusiva, os conhecimentos e a cultura desses grupos sociais, concebendo-os como sujeitos sócio-históricos e agentes de transformação social e da sua própria realidade. Alinha-se ao que nos ensina Francisco Caporal (2009), no sentido de que a agroecologia se nutre de diferentes disciplinas científicas, mas também dos saberes e das experiências de vida de agricultores e agricultoras, possibilitando condições para a conformação de “marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural mais humanizados” (CAPORAL, 2009, p. 27).

Ainda que possamos colocar em xeque a ideia de desenvolvimento humanizado, tendo em vista que a própria noção de desenvolvimento está atrelada ao cosmocapitalismo,

ao menos a ideia do “comum” se coloca como “um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 17). A breve descrição dos pressupostos e ações do MLLC, com foco na agroecologia, em que os sujeitos sociais são sua preocupação primeira, procura demonstrar a busca de uma museologia na perspectiva do comum, por meio de uma afirmação ético-política, ancorada numa outra razão de mundo, contra-hegemônica e anticapitalista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: A GERMINAÇÃO DO COMUM NA LUTA DOS POVOS DO CAMPO

Queremos que a terra possa  
Ser tão nossa quanto vossa  
Porque a terra não tem dono  
Senhores Donos da Terra.  
Queremos plantar no outono  
Para ter na primavera  
Amor em vez de abandono  
Fartura em vez de miséria.

(*Os homens da terra*, Vinícius de Moraes, 1962)

Ao debatermos sobre a razão neoliberal, a partir de Dardot e Laval, procuramos refletir como o Estado, com suas técnicas de governamentalidade, tem legitimado determinadas hierarquias e reproduzido desigualdades sociais. Numa lógica desenvolvimentista capitalista, com suas agendas políticas, o Estado tem incentivado o agronegócio em detrimento de uma agricultura inclusiva e menos agressiva ao meio ambiente, que valoriza o conhecimento e a diversidade sociocultural dos povos do campo.

Isso ocorre porque o capitalismo é carregado de metamorfoses que o transformam, e de múltiplas estratégias que o renovam. Nesse processo, o neoliberalismo transformou profundamente não somente o capitalismo como um sistema econômico, mas também tem moldado as sociedades e as nossas subjetividades. Por isso, o neoliberalismo é mais que uma simples ideologia. É um sistema normativo que conforma uma determinada razão, estendendo a lógica do capital, e conseqüentemente da concorrência mercantil, para todas as esferas da vida e para todas as relações sociais.

Uma outra razão, no entanto, se insurge ou segue resistindo nas fissuras e brechas da racionalidade neoliberal hegemônica e pretensamente universal. O poema *Os homens da terra*, escrito por Vinícius de Moraes em 1962, em homenagem aos trabalhadores da terra que lutavam por seus direitos, nos demonstra que essa resistência persiste. Ele foi lido publicamente numa concentração de camponeses paraibanos, em João Pessoa, que se uniram para lembrar um ano de morte de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas de Sapé/PB, assassinado no ano em que o poema foi escrito, com cinco tiros de fuzil, a mando de latifundiários da região. Até hoje, esse poema de Vinícius segue como um símbolo da luta camponesa.

O trecho em epígrafe nos remete às discussões aqui travadas em torno do comum, como uma outra razão de mundo em contraposição à racionalidade neoliberal, ao considerar a terra como propriedade de ninguém (“a terra não tem dono”), ao mesmo tempo que desejamos que ela “possa ser tão nossa quanto vossa”. O aparente paradoxo presente no poema liga-se à ideia do comum, o qual, reforçamos, é mais do que um adjetivo e se configura como um “princípio político”: “queríamos mostrar logo de saída que entendemos (o) ‘comum’ no sentido de *princípio*, e não no sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria a uma coisa ou conjunto de coisas” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 479). E é um princípio político que essencializa os preceitos da museologia social, como bem entende o pesquisador e museólogo Vladimir Sybilla Pires:

Portanto, no meu entendimento, a museologia social aqui referida não é uma prática museológica em torno dos bens comuns, ditos no plural. Eles não constituem um novo objeto para a ação museológica aqui em questão. Sob esta compreensão, essa museologia social é uma *práxis* e uma *poiésis* para a qual o comum é, a um só tempo, um operador da ação e aquilo que resulta dessa ação, não algo sobre o qual a ação opera. O comum, aqui, portanto, é um princípio político, se seguirmos a proposição de Dardot e Laval (2017): algo em torno do qual – e com o qual – os envolvidos se comprometem ativamente. É um princípio a guiar as práticas museológicas desenvolvidas a partir daquilo em torno do qual uma determinada luta – qualquer luta – se organiza. Algo que possui uma dupla natureza, como lembra Gigi Roggero (2014), sendo, a um só tempo, a base propiciadora dessas práticas e o produto que dela resulta. (PIRES, 2020, p. 450).

Diante disso, como princípio político, e já que estamos falando em terra, a ideia do comum *germina* a luta dos povos do campo e se reflete na sua afirmação identitária, por meio dos trabalhos de memória coletiva atrelados à agroecologia empreendidos pelo Memorial das Lutas e Ligas Camponesas. Com base nos pressupostos da museologia social, em que os processos de patrimonialização focam as pessoas e suas demandas sociais, o MLLC concebe a agroecologia como seu modelo contra-hegemônico ao processo de produção capitalista. Além disso, ela é um elemento fundamental atualmente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo pelo direito à terra, pela permanência em seu território e na valorização dos seus saberes e referências culturais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Janicleide Martins de Moraes. **Memorial das Ligas Camponesas: preservação da memória e promoção dos direitos humanos**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, 2014.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A agroecologia entre o debate da justiça ambiental e da democracia: alguns desafios em reflexão. **Educação em Perspectiva**, v. 7, p. 243-262, 2016.

BASTIANI, Tânia Mara de. Em tempos de silêncios, o grito da resistência não pode calar: as parcerias entre o Ensino de História e a Educação dos povos do campo. **Saeculum – Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 216-230, 2021.

BRASIL. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/DF, dez. 2003.

BRASIL. **Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009** (Estatuto dos Museus). Brasília, 2009. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm). Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Lei 13.870, de 17 de setembro de 2019. Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/DF, set. 2019.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. //: CAPORAL, F. R.; PAULUS, G.; COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. Brasília: 2009. p. 9-64.

CUBILLO-GUEVARA, Ana Patricia; HIDALGO-CAPITÁN, Antonio Luis; DOMÍNGUES-GÓMEZ, José Andrés. El pensamiento sobre el Buen Vivir. Entre el indigenismo, el socialismo y el posdesarrollismo. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, n. 60, p. 27-58, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **COMUM**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FARIAS, Ivan Soares. **Parecer Técnico nº 04/2017-SEAP/CRP5/ISF**. Ministério Público Federal: João Pessoa, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JULIÃO, Francisco. O ABC do camponês. //: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 193-196.

MLLC. Memorial da Ligas e Lutas Camponesas. **Plano Museológico**. No prelo.

MORAES, Vinicius de. **Poemas para a Liberdade. Violão de rua**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1962.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969. //: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 21-76.

PIRES, Vladimir S. A museologia social, o comum e o perspectivismo da luta. //: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (editores). **Introdução à Sociomuseologia**. Lisboa: Departamento de Museologia/ULHT, 2020. P. 437-452.

RESENDE, Leandro. **Desde início do governo, Bolsonaro mudou 31 vezes a política de armas no Brasil.** CNN Brasil. 15/02/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/desde-inicio-do-governo-bolsonaro-mudou-31-vezes-a-politica-de-armas-no-brasil/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SAID, Flávia; CYPRESTE, Judite. **Espingarda no lugar da enxada: veja a homenagem do Planalto ao Dia do Agricultor.** Metrópolis. 28/07/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/espingarda-no-lugar-de-enxada-veja-a-homenagem-do-planalto-ao-dia-do-agricultor>. Acesso em: 03 jan. 2022.

SANTIAGO, Vandek. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 64 - 2004. //: STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 157-186.

SIQUEIRA, Carol; JÚNIOR, Janary. **Posse de arma em toda a extensão das propriedades rurais vira lei.** Agência Câmara de Notícias. 18/09/2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/586610-posse-de-arma-em-toda-a-extensao-das-propriedades-rurais-vira-lei/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

TOLENTINO, Átila B. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 8, p. 21-44, 2016.

Recebido em 31 de janeiro de 2022.  
Aprovado em 18 de outubro de 2022.